

Panorama da violência contra mulheres brasileiras no Reino Unido

2025

YARA EVANS



Panorama da violência contra mulheres brasileiras no Reino Unido 2025



YARA EVANS



**LONDRES
OUTUBRO DE 2025**

5	RESUMO EXECUTIVO
7	1. INTRODUÇÃO
8	2. METODOLOGIA
9	3. BRASILEIROS E BRASILEIRAS NO REINO UNIDO
9	4. PERFIL DEMOGRÁFICO
9	4.1 Predominância de Mulheres Brancas
9	4.2 Maioria em Idade Ativa
10	4.3 Alta Escolaridade com Barreiras ao Reconhecimento
11	4.4 União Conjugal Como Fonte de Estabilidade e de Vulnerabilidade
11	4.5 Família
12	5. IMIGRAÇÃO PARA O REINO UNIDO
12	5.1 Origem no Brasil
12	5.2 Trajetórias da Imigração
13	5.3 Motivos da Imigração ao Reino Unido
13	5.4 Entrada no Reino Unido
14	5.5 Permanência no Reino Unido
15	5.6 Vida no Reino Unido
15	5.7 Tempo de Residência
16	5.8 Trabalho Remunerado
17	5.9 Dificuldades no Cotidiano e Soluções
20	6. EXPERIÊNCIA DE VIOLÊNCIA
20	6.1 Experiência de Violência de Gênero
21	6.2 Tipos de Violência
22	6.3 Agressores
23	6.4 Espaços da Violência
23	6.5 Último Episódio de Violência
24	6.6 As Causas da Violência Segundo as Brasileiras
24	6.7 Violência Não Denunciada
25	6.8 Revelação, Denúncia e Apoio
27	6.9 Avaliação das Fontes de Apoio
30	6.10 Violência no Processo de Imigração ou pela Condição de Imigrante
31	6.11 Tipos de Violência no Contexto da Imigração
33	6.12 Aprimorando os Serviços de Apoio
36	7. ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA CONTRA BRASILEIRAS NO REINO UNIDO
37	BIBLIOGRAFIA

- 10 **Figura 1** Idade
- 13 **Figura 2** Principais Países de Imigração Anterior ao Reino Unido (%)
- 13 **Figura 3** Motivos da Imigração ao Reino Unido (%)
- 14 **Figura 4** Status Imigratório no Ingresso ao Reino Unido (%)
- 14 **Figura 5** Status Imigratório Atual no Reino Unido (%)
- 15 **Figura 6** Tempo de Residência no Reino Unido (%)
- 16 **Figura 7** Setores de Trabalho Remunerado (%)
- 22 **Figura 8** Tipos de Violência (%)
- 22 **Figura 9** Agressores (%)
- 23 **Figura 10** Espaços da Violência (%)
- 23 **Figura 11** Último Episódio da Violência (%)
- 24 **Figura 12** Razões Para Não Denunciar a Violência (%)
- 26 **Figura 13** Denúncia da Violência (%)
- 27 **Figura 14** Avaliação do Serviço de Apoio Recebido (%)
- 31 **Figura 15** Violência no Contexto de Imigração (%)
- 33 **Figura 16** Ações Para Confrontar a Violência (%)

- 19 **Tabela 1** Ações Para Enfrentar a Violência no Dia a Dia
- 21 **Tabela 2** Tipos de Violência Contemplados na Lei Maria da Penha (Nº 11.340, 2006, Brasil)
- 31 **Tabela 3** Tipos de Violência Contemplados como Crimes em Legislação Nacional e Internacional
- 35 **Tabela 4** Ações Para Combater e Prevenir a Violência e Seus Desdobramentos

RESUMO EXECUTIVO

O estudo teve como objetivo compreender as condições de vida, desafios e experiências de violência de mulheres brasileiras no Reino Unido, obtendo a participação de 735 brasileiras.

PRINCIPAIS DIFICULDADES NO DIA A DIA

- Custo de vida elevado (66%)
- Acesso a serviços públicos e de saúde (52%), marcado por preconceito e discriminação no NHS
- Solidão e isolamento social (51%), sobretudo pela distância da família e falta de redes de apoio
- Barreira da língua inglesa (44%), que restringe oportunidades e aumenta a vulnerabilidade
- Dificuldade de inserção profissional (34%), muitas vezes associada a estereótipos e discriminação

EXPERIÊNCIAS DE VIOLÊNCIA

- Cerca de três em cada dez mulheres (29%) relataram ter sofrido violência no Reino Unido
- Tipos de violência: psicológica (67%), moral (33%), física (26%), sexual (21%), patrimonial (14%) e digital (8%)
- Agressores: parceiros íntimos (41%), homens desconhecidos (33%) e conhecidos (26%), mulheres conhecidas (23%) e desconhecidas (13%)
- Espaços da violência: casa da própria vítima (42%), local de trabalho (41%), espaço público (29%), transporte público (18%)

DENÚNCIA E AUSÊNCIA DE DENÚNCIA

- 86% conversaram com familiares ou amigas sobre os episódios de violência
- Apenas 37% denunciaram às autoridades ou buscaram ajuda
- Motivos para não denunciar: pensar que “não resolveria nada” (58%), não saber a quem recorrer (31%), medo de vingança do agressor (25%), vergonha/estigma (23%), “não queria prejudicar o agressor” (17%)

BUSCA DE SERVIÇOS DE APOIO E AVALIAÇÃO

- Fontes de apoio: polícia britânica (84%), serviços públicos (29%), organizações britânicas de apoio a mulheres (23%), ONGs e grupos brasileiros (10%), consulado (6%) e igrejas (6%)
- Avaliação do apoio recebido: positiva (37%), destacando a rapidez e a atenção; neutra (35%), enfatizando apoio parcial ou insuficiente; negativa (28%), ressaltando descaso, negligência e preconceito

VIOLÊNCIA NO PROCESSO DE IMIGRAÇÃO OU PELA CONDIÇÃO DE IMIGRANTE

- Vivenciada por 14% das mulheres: sobretudo a discriminação racial (67%) e a xenofobia (67%)

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA MELHORAR O APOIO A BRASILEIRAS QUE SOFREM VIOLÊNCIA

- Garantia de apoio a mulheres em situação migratória irregular (63%)
- Punição efetiva de agressores (60%)
- Melhoria dos serviços públicos de apoio e proteção (58%)
- Conscientização das mulheres (48%) e dos homens (45%)
- Medidas públicas de prevenção (46%)

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA MELHORAR O APOIO PROPOSTAS PELAS PRÓPRIAS BRASILEIRAS

- Criação de serviços de acolhimento e atendimento psicológico gratuito em português
- Campanhas de conscientização sobre violência e direitos das mulheres brasileira
- Capacitação de profissionais britânicos para lidar com mulheres migrante
- Financiamento e fortalecimento de organizações comunitárias voltadas ao apoio e informação
- Maior divulgação da *Cartilha da Mulher Brasileira no Reino Unido* (apenas 13% conhecem)

SÍNTESE

As brasileiras no Reino Unido enfrentam desafios complexos que envolvem barreiras econômicas, culturais e institucionais. É fundamental fortalecer serviços de proteção com abordagem de gênero e sensibilidade cultural, que acolham e apoiem as mulheres em todas as etapas do enfrentamento à violência.

1. INTRODUÇÃO

Compreender as experiências de mulheres migrantes em seus países de destino é fundamental para promover seu bem-estar e garantir que políticas públicas e serviços respondam de forma adequada às suas necessidades. No caso das brasileiras no Reino Unido, esse entendimento é essencial para enfrentar vulnerabilidades específicas e fortalecer as redes de apoio.

Este relatório apresenta os resultados de um estudo realizado em 2025 sobre as experiências de brasileiras que vivem no Reino Unido, com atenção especial às situações de violência de gênero e seus impactos no bem-estar. A pesquisa foi conduzida por meio de um questionário online, que reuniu 735 respostas válidas de mulheres brasileiras residentes na Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte.

O objetivo central do estudo foi documentar a realidade vivida por essas mulheres, produzindo dados que possam subsidiar ações de proteção e políticas públicas, tanto no Brasil quanto no Reino Unido. A pesquisa também busca dar visibilidade às vozes das próprias participantes, valorizando seus relatos e recomendações sobre como enfrentar a violência e melhorar os serviços de apoio.

O tema não é novo. Um estudo pioneiro realizado em Londres (McIlwaine and Evans, 2018) mostrou que brasileiras vivenciam violência de gênero em suas mais variadas formas. Agora, com este levantamento em todo o Reino Unido, amplia-se o olhar e consolidam-se informações que revelam não apenas a extensão da violência, mas também as múltiplas barreiras que as mulheres encontram para obter ajuda.

Este estudo só foi possível graças à participação das brasileiras que aceitaram revelar suas experiências sobre um tema sensível, mas que precisa ser enfrentado. A todas elas, o nosso profundo agradecimento. Divulgar essas experiências pode contribuir de forma significativa para o fortalecimento de políticas de apoio, além de inspirar outras sobreviventes da violência a procurar ajuda, denunciar os agressores e ajudar a erradicar a violência contra a mulher.

2. METODOLOGIA

O estudo foi conduzido pelo Grupo Mulheres do Brasil – Núcleo Londres e pela pesquisadora Doutora Yara Evans, com o apoio do Consulado-Geral do Brasil em Londres. O objetivo foi documentar a vivência de mulheres brasileiras no Reino Unido e, sobretudo, suas experiências de violência de gênero. Busca-se, com isso, produzir dados que subsidiem propostas de aprimoramento dos serviços públicos e comunitários junto às autoridades competentes, além de fomentar o debate público sobre o bem-estar das brasileiras residentes no país.

O estudo foi realizado por meio de um questionário online, acessível por link eletrônico e código de barras. Esses materiais foram amplamente divulgados nas redes sociais, em páginas voltadas à comunidade brasileira, em grupos de WhatsApp e nos canais oficiais do Consulado. Além disso, o Consulado-Geral imprimiu e afixou o código de barras em seus balcões de atendimento no centro de Londres, enviando-o também pelos correios a todos os brasileiros que solicitaram serviços postais durante o período da pesquisa. O Grupo Mulheres do Brasil colaborou ativamente na divulgação, promovendo a circulação do código de barras em diversos estabelecimentos frequentados por brasileiras em Londres, com o objetivo de ampliar o alcance do estudo.

A participação no estudo esteve condicionada ao cumprimento dos seguintes critérios: identificar-se como mulher, ser nascida no Brasil, ter ao menos 18 anos e residir no Reino Unido por pelo menos seis meses. O estudo foi lançado em janeiro de 2025 foi originalmente previsto para se encerrar em 31 de maio de 2025, mas foi prorrogado até o final de junho para ampliar a adesão. Foram obtidos 735 questionários válidos, superando a meta inicial de 700 respostas, estabelecida com base no conhecimento prévio dos padrões de participação da comunidade brasileira em pesquisas realizadas no Reino Unido. Todo o processo de coleta e análise dos dados seguiu rigorosamente a legislação britânica de proteção de dados pessoais (Data Protection Act 2018).

A participação foi anônima, restringindo-se a coleta e a utilização das informações exclusivamente aos objetivos estabelecidos pela pesquisa. A análise baseou-se em uma combinação de abordagens metodológicas. Para os dados quantitativos, foram utilizadas frequências simples (números absolutos e porcentagens) a fim de descrever a distribuição das respostas, bem como testes estatísticos, incluindo correlação e qui-quadrado, para identificar possíveis associações entre variáveis relevantes, como idade, raça, estado civil, tempo de residência e situação migratória. No que diz respeito aos dados qualitativos, as respostas abertas e os relatos das participantes foram submetidos a uma análise temática, que permitiu agrupar e interpretar as narrativas em categorias de significado, algumas das quais possibilitaram a quantificação das informações. Essa abordagem qualitativa possibilita dar visibilidade às percepções e experiências das mulheres em suas próprias palavras, apresentadas no relatório em seu texto original entre aspas e destacadas em itálico.

Essa combinação entre a robustez estatística e a riqueza dos relatos pessoais reforça a robustez dos resultados e permite que as vozes das brasileiras sejam ouvidas e valorizadas no debate sobre políticas de bem-estar e combate à violência de gênero no Reino Unido.

3. BRASILEIROS E BRASILEIRAS NO REINO UNIDO

O tamanho da comunidade brasileira no Reino Unido tem sido objeto de atenção crescente, mas sempre marcado por controvérsia quanto à sua real dimensão. No início dos anos 2000, os censos britânicos de 2001 e 2011 já indicavam forte expansão: em 2001 eram cerca de 8.000 brasileiros residentes no país, número que saltou para aproximadamente 52.000 em 2011 (ONS, 2013). Esses números, no entanto, não contemplam imigrantes em situação indocumentada, motivo pelo qual estimativas acadêmicas e do próprio governo brasileiro sugeriam totais muito mais elevados, variando entre 80.000 e 300.000 pessoas (Evans 2011, 2015; McIlwaine, Cock, and Linneker, 2011; McIlwaine and Bunge, 2016; MRE, 2015). Em 2020, o Consulado-Geral do Brasil em Londres estimou, com base em registros consulares e estudos acadêmicos, que essa população seria de aproximadamente 220.000 pessoas (Evans, 2020).

O último censo britânico, realizado em 2021 na Inglaterra e no País de Gales, na Irlanda do Norte, e em 2022 na Escócia, mostrou que a população brasileira voltou a crescer. Foram registrados 116.174 brasileiros vivendo no Reino Unido (ONS, 2023; NRS, 2024; NISRA, 2023). A ampla maioria, 111.477 pessoas (96%), residia na Inglaterra e no País de Gales. Na Escócia, foram registrados 3.790 brasileiros (3%), enquanto na Irlanda do Norte viviam 907 brasileiros (1%). Os resultados da pesquisa de 2025 refletem de perto esses números do censo, já que a grande maioria das participantes também vive atualmente na Inglaterra (96%), enquanto apenas uma pequena parcela está na Escócia (2%), no País de Gales (1%) e na Irlanda do Norte (menos de 1%). Assim, evidencia-se que, tanto nas estatísticas oficiais quanto na pesquisa de campo, a experiência das brasileiras no Reino Unido está fortemente concentrada na Inglaterra, com presença apenas pontual nos demais países.

4. PERFIL DEMOGRÁFICO

4.1 PREDOMINÂNCIA DE MULHERES BRANCAS

Em termos raciais, a maioria das participantes se identifica como branca (63%), seguida por um contingente expressivo de mulheres que se declararam multirraciais (27%). Em menor proporção, identificaram-se as mulheres negras (5%), asiáticas (1%) e indígenas (menos de 1%). Esse perfil captura a variedade de grupos raciais presentes no Brasil, ainda que marcado pela predominância de mulheres brancas entre as respondentes, confirmando um padrão observado em pesquisas anteriores (McIlwaine and Evans, 2018; Evans, 2020).

4.2 MAIORIA EM IDADE ATIVA

A grande maioria das mulheres que participaram do estudo (89%) pertence a faixas etárias associadas à população economicamente ativa (Figura 1). Esse perfil indica que a pesquisa captou sobretudo mulheres em fases da vida marcadas pela inserção no mercado de trabalho, pela formação e manutenção da família e pela gestão de responsabilidades financeiras. A predominância de mulheres entre 30 e 59 anos contextualiza a ênfase das respostas sobre custo de vida, saúde, emprego e apoio comunitário (discutidas adiante), temas que tendem a ter maior impacto nesse momento da trajetória pessoal e profissional.

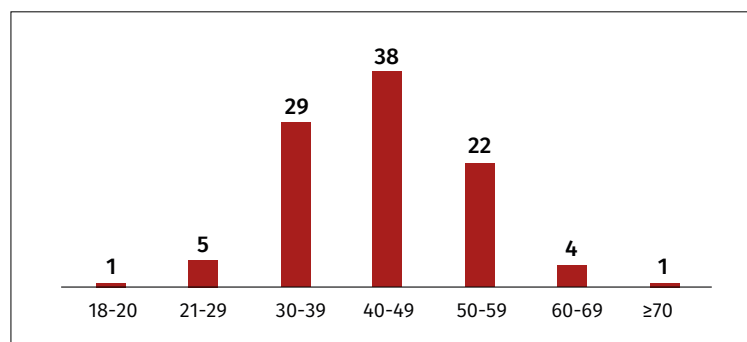


FIGURA 1 IDADE

4.3 ALTA ESCOLARIDADE COM BARREIRAS AO RECONHECIMENTO

A pesquisa mostra que a maioria das mulheres brasileiras no Reino Unido tem alto nível de escolaridade. O maior grupo é o das que fizeram pós-graduação (45%), seguido das que concluíram a faculdade (28%). Cerca de uma em cada dez brasileiras iniciou, mas não concluiu a faculdade (11%), sendo essa também a mesma proporção das que concluíram o segundo grau (11%). Os demais grupos, em número reduzido, incluem mulheres com formação vocacional (2%), com ensino fundamental completo (1%) ou com outros tipos de formação (2%).

Os dados revelam, portanto, um perfil educacional de qualificação de nível superior (73%). Contudo, algumas brasileiras observaram que enfrentam barreiras para o reconhecimento e aproveitamento desse perfil no mercado de trabalho britânico. Como relatou uma brasileira: “[há] muito preconceito principalmente no norte da Inglaterra. Mesmo tendo qualificações e com toda a documentação traduzida e juramentada, é feita a equivalência de diploma, ainda assim não somos aceitas”.

Houve também sugestões para apoio da formação contínua e para adaptação às exigências locais. Uma participante destacou medidas para melhorar as oportunidades de inserção, incluindo “cursos de capacitação profissional e empreendedorismo, com orientações práticas sobre o mercado britânico e mentorias para brasileiras que querem abrir negócios próprios ou evoluir na carreira no Reino Unido”. Outra brasileira propôs intervenções semelhantes que provavelmente refletem as experiências e anseios de muitas outras brasileiras:

“Seria muito interessante que tivéssemos apoio, por exemplo, com iniciativas que preparassem as mulheres para o mercado de trabalho, como oferta de cursos de inglês de qualidade, ou outros cursos que pudessem oferecer profissionalização às mulheres brasileiras aqui no Reino Unido [para] facilitar a vida [das] que querem entrar na universidade, ou aumentar de nível em sua profissão... Precisamos de algo realmente significativo para nos colocarmos no mercado de trabalho com dignidade e até mesmo exercer profissões que tínhamos no Brasil.”

Assim, a experiência imigratória pode ser marcada pela frustrante percepção de um “desperdício de talentos”, que poderia ser evitado tanto por meio do reconhecimento formal e expedito dos diplomas obtidos no Brasil quanto por políticas de integração profissional.

4.4 UNIÃO CONJUGAL COMO FONTE DE ESTABILIDADE E DE VULNERABILIDADE

Predominam entre as respondentes as mulheres casadas (65%), seguidas por divorciadas (10%), solteiras (10%) e em união estável (10%). As separadas (4%) e viúvas (1%) representam grupos minoritários.

Alguns relatos das brasileiras mostram que a condição conjugal pode ser tanto fonte de apoio como de vulnerabilidade. Algumas mulheres vieram ao Reino Unido acompanhando parceiros e relataram dificuldades adicionais de integração: *“Eu vim acompanhando o meu esposo, tive que sair do emprego no Brasil e ainda não consegui outra oportunidade por não dominar o inglês. E nas cidades do interior é ainda pior.”* Outras destacam a dependência gerada pelo casamento em situações de violência: *“Eu não sou mais casada com o meu ex-marido que foi o abusador, porém acredito que é bem difícil; eu fui forte e saí dessa armadilha, mas muitas mulheres não”.*

Em casos mais graves, a relação conjugal aparece como fator de manipulação e opressão, inclusive por meio de dependência documental: *“Esse meu caso de assédio é violência psicológica, aconteceu no meu relacionamento anterior... meu ex utilizava do fato de ter o passaporte europeu para me ameaçar, me coagir porque eu só tinha uma união estável e não tinha o passaporte europeu, o que me tornava, na ocasião, vulnerável.”* Outro testemunho reforça a situação de dependência: *“Tive muitas agressões, muitas injustiças. Porque a pessoa me manipulava muito pelo fato de eu ... depender da pessoa para estar morando aqui. Então, eu sempre fui muito manipulada, não sabendo os meus direitos, não tendo outra cobertura, não vendo outras possibilidades. Então, isso me trouxe muitos traumas, e até hoje eu não sei para onde correr quando alguma coisa acontece.”*

Esses relatos evidenciam que, para muitas brasileiras, a condição de estar casada ou em união estável no Reino Unido pode representar segurança material e familiar.

No entanto, essa mesma condição pode também se converter em situação de isolamento, dependência ou até de risco, especialmente quando associada à violência doméstica e à vulnerabilidade migratória.

4.5 FAMÍLIA

Quase metade das participantes (48%) declarou ter filhos dependentes menores de 18 anos vivendo no Reino Unido, enquanto o restante (52%) não possui dependentes menores. Entre as mães, a maior parte tem um filho (52%), seguida por aquelas com dois filhos (38%) e por um grupo menor com três filhos (8%). Apenas uma pequena fração (2%) afirmou ter mais de três filhos.

A maternidade é, portanto, uma realidade significativa para uma em cada duas mulheres da amostra, com predominância de famílias pequenas, compostas por um ou dois filhos. Essa configuração sugere uma inserção que combina responsabilidades familiares importantes com os desafios do cotidiano migratório, influenciando tanto a vida pessoal quanto o acesso a oportunidades de trabalho, educação e serviços no Reino Unido. O relato de uma mãe brasileira ilustra as dificuldades de negociar a maternidade com precário apoio institucional e seus desdobramentos:

“Algo que impactou diretamente a minha capacidade de viver plenamente no UK foi a maternidade. O acesso a ‘childcare’ foi tão difícil que tive que deixar minha carreira como professora. Não apenas pelas dificuldades financeiras, mas pela falta de apoio na instituição de trabalho, e na instituição familiar. A maternidade me fez sentir muito mais vulnerável, mesmo com filhos de 7 e 4 anos, a dependência financeira sendo o maior fator para esse sentimento”.

Ter filhos dependentes também muitas vezes pesa na decisão de não denunciar relacionamentos abusivos, como ponderou uma brasileira: *“Outro fator que acaba sendo abafado são os casos de brasileiras que se casam com europeus ou britânicos, que, em caso de violência, têm receio de perderem a guarda de seus filhos por causa da Convenção de Haia e ficam reféns de não terem direito de voltar com seus filhos para o Brasil.”*

5. IMIGRAÇÃO PARA O REINO UNIDO

Esta seção examina a migração das brasileiras, desde sua origem no Brasil e eventuais passagens por outros países até a chegada e o estabelecimento no Reino Unido, considerando os motivos, o status migratório inicial e o atual.

5.1 ORIGEM NO BRASIL

As participantes da pesquisa eram oriundas de todas as unidades da federação brasileira, mostrando a diversidade geográfica da imigração para o Reino Unido. No entanto, alguns estados concentram maior número de respondentes. São Paulo aparece em primeiro lugar, representando 40% das mulheres. Em seguida, destacam-se o Rio de Janeiro (10%), Paraná (9%), Minas Gerais (8%), Goiás (6%) e Santa Catarina (5%). Juntos, esses seis estados somam quase quatro quintos da amostra. Todos os demais estados também estão representados, embora em proporções menores, salientando que a pesquisa abrange mulheres oriundas de todo o território nacional.

5.2 TRAJETÓRIAS DA IMIGRAÇÃO

A grande maioria (82%) das brasileiras residia no Brasil antes de imigrar para o Reino Unido. No entanto, quase uma em cada cinco (18%) havia residido anteriormente em outros países. A Figura 2 mostra os países mais comumente citados. Verifica-se que a Europa foi o continente mais visado como destino de imigração pelas brasileiras, destacando-se Portugal como o principal país, seguido da Itália. Outros países também foram mencionados pelo menos uma vez, na América do Sul (Chile, Colômbia), na América do Norte (Canadá), na Europa (Dinamarca, Finlândia, Holanda, Hungria, República Tcheca), África (Angola), Oriente Médio (Qatar), Ásia (Coreia do Sul, Japão, Paquistão, Turquia). Houve também algumas citações de mais de dois países como destinos anteriores à imigração ao Reino Unido.

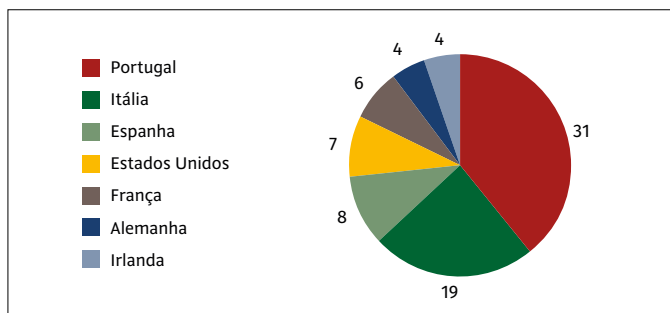


FIGURA 2 PRINCIPAIS PAÍSES DE IMIGRAÇÃO ANTERIOR AO REINO UNIDO (%)

5.3 MOTIVOS DA IMIGRAÇÃO AO REINO UNIDO

Dentre os motivos que levaram as brasileiras a imigrar para o Reino Unido (Figura 3), dois se sobressaem. O primeiro é acompanhar ou unir-se ao cônjuge ou companheiro(a), evidenciando a importância das trajetórias conjugais e familiares no processo migratório. O segundo é a busca por melhorar a qualidade de vida, sobretudo em termos de segurança e acesso a serviços. Outros motivos também aparecem de forma relevante: estudar inglês ou viver uma experiência cultural; trabalhar, dada a falta de oportunidades no Brasil; cursar graduação ou pós-graduação; e outros motivos não especificados. Há ainda mulheres que foram transferidas pela empresa e que imigraram acompanhando ou para unir-se à família ou à parentela. Assim, a imigração para o Reino Unido resulta de uma combinação de fatores relacionais, econômicos, educacionais e de busca por melhores condições de vida, refletindo a diversidade de histórias pessoais que compõem as experiências da coletividade brasileira no Reino Unido.



FIGURA 3 MOTIVOS DA IMIGRAÇÃO AO REINO UNIDO (%)

5.4 ENTRADA NO REINO UNIDO

Ao chegarem ao Reino Unido, as brasileiras ingressaram no país por meio de diferentes tipos de vistos ou passaportes (Figura 4). Os grupos mais expressivos foram os das que ingressaram com visto de residência, seguidas pelas que entraram com passaporte europeu ou britânico por descendência. Também aparecem como caminhos importantes a entrada como turista, estudante e por permissão de trabalho. Uma parcela foi admitida com passaporte europeu ou britânico, ou com visto por união, enquanto outro contingente ingressou com visto por tempo indefinido. Bem menos comuns foram as entradas no país com passaporte britânico por tempo de permanência e com outros tipos de documentos e vistos.

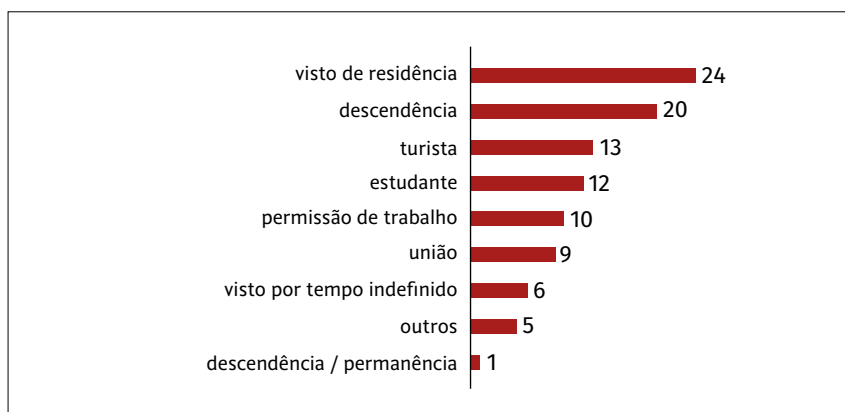


FIGURA 4 STATUS IMIGRATÓRIO NO INGRESSO AO REINO UNIDO (%)

5.5 PERMANÊNCIA NO REINO UNIDO

Os dados revelam também grande diversidade no status migratório das brasileiras à época do levantamento (Figura 5). Dentre os grupos mais numerosos, observam-se o das mulheres com visto de residência (“pre-settled” ou “settled status”), seguido pelo grupo das que têm passaporte britânico adquirido pelo tempo de permanência e pelas que possuem passaporte europeu ou britânico obtido por união. Outras categorias incluem passaporte europeu ou britânico obtido por descendência, visto por tempo indefinido e permissão de trabalho. Um pequeno número declarou “outros” como status migratório, enquanto grupos menores ainda permaneciam como turistas ou estudantes, ou estavam em situação irregular.



FIGURA 5 STATUS IMIGRATÓRIO ATUAL NO REINO UNIDO (%)

Os dados revelam, portanto, uma diversidade de status migratórios na entrada no Reino Unido, que, ao longo do tempo, tendem à consolidação, com predomínio de residência legal estável e crescente número de mulheres que obtiveram cidadania britânica ou europeia. Assim, embora existam vulnerabilidades iniciais, muitas brasileiras conseguem consolidar sua permanência no país, construindo vínculos de longo prazo.

De fato, quase metade das brasileiras (48%) declarou possuir outra nacionalidade além da brasileira, sobretudo de países europeus. Dentre os países outorgantes da cidadania, os mais citados foram Itália (47%), Reino Unido (23%) e Portugal (20%). Outros países também citados foram Espanha (3%) e Alemanha (2%). Foram mencionados pelo menos uma vez Áustria, Canadá, Chile, Estados Unidos, Estônia, França, Grécia, Hungria, Polônia e Suíça. Esse perfil evidencia a importância da dupla cidadania para uma parcela expressiva das brasileiras no Reino Unido, especialmente por meio de vínculos com países da União Europeia. Ainda que o *Brexit*¹ tenha alterado as regras de mobilidade e residência para cidadãos europeus, a posse de passaporte europeu continua sendo um fator de vantagem para regularização e permanência estável, refletindo desigualdades nas oportunidades de inserção e segurança migratória dentro da própria comunidade brasileira.

5.6 VIDA NO REINO UNIDO

Esta seção trata da vida das brasileiras no Reino Unido, enfocando o tempo de residência e a inserção no mercado de trabalho, assim como as principais dificuldades enfrentadas no cotidiano. Os dados quantitativos são acompanhados por relatos que dão profundidade às experiências, mostrando como barreiras econômicas, linguísticas e institucionais se entremeiam e impactam a vida das brasileiras no país.

5.7 TEMPO DE RESIDÊNCIA

O tempo de residência das brasileiras no Reino Unido reflete as diferentes fases da experiência migratória, revelando tanto trajetórias já consolidadas quanto percursos mais recentes (Figura 6). A maioria das mulheres encontra-se em estágios intermediários de permanência. Observam-se também grupos que estão no país há menos tempo, incluindo recém-chegadas, bem como mulheres que vivem há várias décadas no Reino Unido. Esse perfil revela o predomínio de trajetórias de médio prazo, mas com presença expressiva tanto de experiências recentes quanto de experiências prolongadas.

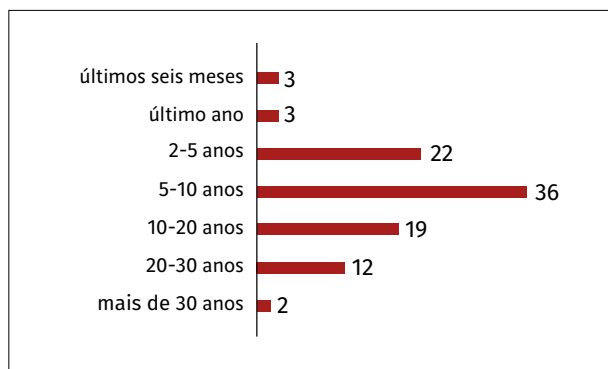


FIGURA 6 TEMPO DE RESIDÊNCIA NO REINO UNIDO (%)

1. O *Brexit* é o processo pelo qual o Reino Unido saiu da União Europeia, fato formalizado em 31 de janeiro de 2020. Com essa saída, o direito automático de livre circulação e residência para cidadãos europeus foi cancelado. Desde então, brasileiras com dupla cidadania europeia precisam solicitar o “pre-settled” ou “settled status” para permanecer legalmente no país, o que introduziu novas exigências e prazos para regularização.

5.8 TRABALHO REMUNERADO

A maioria das brasileiras participantes declarou exercer alguma atividade remunerada (72%), estando, portanto, inseridas no mercado de trabalho britânico. As ocupações foram classificadas de acordo com um critério geral de setores de atividade, uma vez que a questão do questionário era aberta e permitia descrições bastante diversas, abrangendo desde cargos formais até atividades informais ou múltiplas ocupações. Para garantir maior inteligibilidade dos dados e evitar dispersão excessiva, optou-se por agrupar as respostas em áreas mais amplas de atuação, oferecendo assim um panorama setorial mais preciso sobre a inserção profissional dessas mulheres (Figura 7).

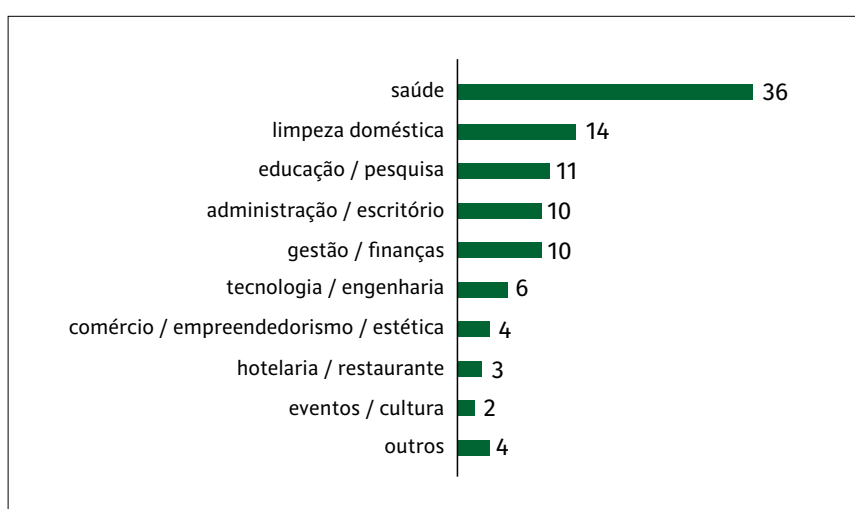


FIGURA 7 SETORES DE TRABALHO REMUNERADO (%)

Os resultados revelam um perfil ocupacional marcado pela presença significativa nas áreas de saúde e cuidados, que inclui funções como enfermeiras, cuidadoras domiciliares, médicas e psicólogas. Em seguida, destacam-se as atividades de limpeza doméstica, nas quais predominam faxineiras e *housekeepers*, ilustrando um campo de ampla inserção laboral. A área de educação e pesquisa reúne professoras e pesquisadoras acadêmicas, além de funções como assistentes de ensino (*teaching assistants*). As áreas de administração e escritório, bem como de gestão e finanças, abrangem funções de recepcionista, assistente administrativa, gerente de projetos e diretora de recursos humanos. O campo de tecnologia e engenharia inclui engenheiras e analistas de dados, refletindo ocupações mais técnicas e especializadas. Outras áreas também contribuem para a diversidade ocupacional, como comércio, empreendedorismo e estética, incluindo vendedoras em lojas e proprietárias de pequenos negócios de beleza, além de hotelaria e restaurante, com garçons e auxiliares de cozinha, e o setor de eventos e cultura, com produtoras culturais e coordenadoras de eventos. Por fim, um grupo reduzido de outras profissionais reúne atividades variadas em diplomacia e funções públicas. Em conjunto, esse mapeamento ocupacional evidencia a amplitude das trajetórias profissionais das brasileiras e a forma como elas transitam entre ocupações de base comunitária, serviços essenciais e funções altamente qualificadas.

5.9 DIFICULDADES NO COTIDIANO E SOLUÇÕES

Cerca de 43% das brasileiras apontaram dificuldades no seu dia a dia no Reino Unido. Para esse grupo, as maiores dificuldades relatadas dizem respeito ao alto custo de vida (66%), que envolve despesas com moradia, transporte e energia. Esse fator está intimamente ligado às demais barreiras, pois pressiona o orçamento familiar e limita a busca por melhores oportunidades, afetando a saúde, o trabalho e a integração social.

A segunda maior dificuldade enfrentada por brasileiras no cotidiano britânico constitui o acesso limitado a serviços de saúde, educação e apoio à mulher (52%), incluindo a qualidade desses serviços. Os relatos revelam percepções recorrentes de negligência, preconceito e discriminação no atendimento médico, inclusive no Serviço Nacional de Saúde (NHS). Para muitas, o preconceito aparece já no primeiro contato com os profissionais de saúde. Uma participante observou: *“Atendimento médico pra mulher brasileira tem muito preconceito... Sempre que preciso de médico, seja particular, pelo plano ou NHS, já vou esperando sofrer de alguma forma.”* Outra brasileira descreveu de forma contundente um ambiente hostil e excludente: *“O NHS é um ambiente tóxico e xenofóbico, porém não existe uma clara discussão sobre isso. Os agressores não sofrem medidas de investigação e punição, têm seus empregos intocáveis. É revoltante, pois acarretam traumas significativos para quem sofre discriminação e bullying. Eu sofri demais e me senti desamparada.”* Há também relatos de tratamento humilhante e xenofobia explícita durante o atendimento. Uma mulher relatou: *“Após o parto, precisei ir algumas vezes ao hospital e ao GP, pois estava com dor na bexiga. Tive que escutar que aqui não é o Brasil e que precisava seguir o protocolo deles no NHS... ‘Eu sou a doutora aqui, no UK seguimos esse protocolo que estou fazendo. Se você não está satisfeita, volta de onde veio!’ — essas foram as palavras de uma doutora, minha GP.”*

Esses testemunhos revelam como o racismo, a xenofobia e a falta de sensibilidade cultural nos serviços públicos de saúde ampliam a vulnerabilidade das brasileiras, reforçando barreiras no acesso a cuidados básicos e na busca por acolhimento e respeito.

A barreira da língua (44%) perpassa diversos aspectos da vida das brasileiras que encontram dificuldades no cotidiano no Reino Unido, limitando o acesso a direitos, serviços e oportunidades de trabalho. As participantes relataram que a falta de domínio do idioma representa não apenas uma dificuldade prática, mas também uma vivência de isolamento social e exclusão. Essa limitação acarreta perda de autonomia e dependência de outras pessoas, especialmente em situações de vulnerabilidade. Os depoimentos indicam ainda que a barreira linguística potencializa experiências de preconceito e discriminação, agravando os desafios enfrentados por essas mulheres:

- *“O que acho mais difícil aqui é você ter um inglês básico e não conseguir oportunidades em áreas que possam melhorar o inglês, trabalhar na sua área.”*
- *“Não falar a língua acaba criando uma situação de dependência e deixando-as vulneráveis a abusos de todos os tipos.”*
- *“Sofri preconceito por ser imigrante e não falar a língua.”*
- *“A dificuldade na língua me prejudicou.”*
- *“Sofri no trabalho assédio psicológico por causa da barreira da língua, resultando em problemas de saúde.”*

- “[As brasileiras] precisam se conscientizar da importância de aprender a língua inglesa, pois muitas dependem de parentes ou amigos e não conseguem contatar serviços de saúde ou pedir ajuda em situações de violência.”
- “É importante aprender a falar e escrever inglês bem, pois com isso aumentamos nossas oportunidades aqui e temos acesso a informações relevantes para todas nós.”
- “Até hoje não me sinto acolhida aqui; tenho dificuldade pra tudo e tantas coisas, não tive tempo de aprender inglês.”
- “Muitas precisam trabalhar em até três empregos para sobreviver. Isso faz com que não tenham tempo para estudar inglês ou buscar outras oportunidades, o que as prende em um ciclo difícil de quebrar.”
- “Chegamos aqui e nunca mais temos tempo de estudar. Só trabalhar, trabalhar, trabalhar.”
- “Penso que existe um grande número de mulheres que estão em situação de solidão e depressão por falta de contato com a língua inglesa e vergonha de se expor.”
- “Eu não falava inglês corretamente e não fui ouvida; no final, ele me agrediu e eu ainda saí como a culpada, sendo presa sem nenhum tipo de ajuda.”

Fatores que desencorajam o aprendizado do inglês incluem experiências de intimidação e vergonha, como relatou uma das brasileiras: *“Já desisti muitas vezes de muitos cursos de inglês por vergonha, porque me intimidaram muitas vezes.”* Assim, a barreira linguística ultrapassa a dimensão prática e cria fronteiras de inclusão e exclusão. Os testemunhos revelam que o idioma é mais do que uma ferramenta de comunicação, tornando-se um marcador de identidade e poder, que restringe não apenas o acesso a direitos, mas também aprofunda o isolamento social, dificulta o acesso à ajuda e limita a participação comunitária.

O mercado de trabalho e a falta de oportunidades que demandem perfis qualificados (34%) despontam como desafios centrais para as brasileiras que confrontam dificuldades no dia a dia no Reino Unido. Muitas relataram que suas experiências e diplomas obtidos no Brasil não são reconhecidos, o que limita sua inserção em posições compatíveis com sua formação. Uma participante desabafou: *“Tenho escolaridade, sou advogada brasileira, tenho inglês e é muito difícil arrumar um trabalho no corporativo, sinto como se as portas não se abrissem aqui no Reino Unido.”* Há também indícios de discriminação em processos seletivos, como observou outra brasileira: *“Já senti dificuldade em processos seletivos concorrendo com ingleses. Mesmo eu tendo mais experiência deram preferência para o britânico.”* Além disso, algumas destacam que estereótipos sobre a mulher brasileira continuam a influenciar negativamente sua credibilidade profissional: *“Infelizmente, ainda existe o estigma de que a mulher brasileira não é profissional, nem capaz. A imagem da mulher brasileira, em muitos contextos, ainda é desfavorável.”* Esses testemunhos evidenciam a presença de barreiras estruturais e simbólicas que dificultam a ascensão profissional das brasileiras, mesmo entre aquelas com alta qualificação e experiência prévia.

Outros obstáculos cotidianos incluem a solidão e a distância da família e dos amigos (51%), a limitação de participação na sociedade britânica (47%) e a condição migratória irregular (5%). Algumas brasileiras refletiram sobre esses aspectos:

- *“Longe de suas famílias e de suas raízes culturais, elas enfrentam dores emocionais silenciosas que, muitas vezes, evoluem para doenças emocionais e físicas”*
- *“Hoje me encontro em situação irregular, mas por falta de apoio pois não consigo ter dinheiro suficiente para fazer minha aplicação [para regularizar o visto] e o medo de ser negada e separada da minha filha que é de menor, então permaneço como estou”*

Em seu conjunto, os resultados evidenciam que o cotidiano para um grupo expressivo de brasileiras no Reino Unido é permeado por múltiplos obstáculos de natureza econômica, institucional e social. Barreiras linguísticas e o reconhecimento desigual de suas qualificações se combinam com discriminações raciais e culturais, restringindo oportunidades e afetando seu bem-estar. Conforme comentou uma brasileira: *“Todas as mulheres, seja como eu.... sofremos por falta de informações. Seja na área de saúde, educação, trabalho e até depressão, por mudança de vida social, por ser uma cultura mais fria.”* Os relatos também destacam a resiliência e a capacidade de adaptação dessas mulheres, que constroem estratégias próprias de enfrentamento. Mas também a solidariedade, a empatia e a ajuda recíproca despontam como elementos fundamentais para lidar com os desafios diários do processo migratório. Uma brasileira chama atenção para a importância do apoio mútuo ao afirmar: *“Nós mulheres brasileiras temos que nos unir e nos apoiar. Quem está bem hoje, lembre-se como foi o processo para chegar aqui, e apoie quem está no processo.”*

As brasileiras também propuseram uma gama de ações para auxiliar na resolução dos desafios cotidianos e promover a melhoria da qualidade de vida (Tabela 1).

TABELA 1 AÇÕES PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS NO DIA A DIA

→ Cartilha com tradução de termos médicos e simulação de atendimento no NHS
→ Acesso fácil à saúde
→ Proteção às mulheres em relação ao pré-natal e puerpério
→ Espaço de acolhimento para mulheres que enfrentam dificuldades financeiras, profissionais, familiares, ou relacionadas à saúde mental
→ Grupos de apoio para mães brasileiras, incluindo informações sobre creches, escolas e apoio emocional na maternidade
→ Cursos de capacitação profissional e empreendedorismo, com orientações práticas sobre o mercado britânico
→ Mentorias para brasileiras que querem abrir negócios próprios ou evoluir na carreira no Reino Unido
→ Recomendação de mulheres para cargos em empresas
→ Implementação de políticas públicas para a inserção de imigrantes no mercado de trabalho, principalmente mulheres, que já são consideradas, na maioria das vezes, menos competentes que homens
→ Comunidade e redes de apoio, centros comunitários para encontros culturais, troca de experiências e construção de redes de amizade, eventos sobre direitos trabalhistas, imigração e cidadania
→ Aulas de inglês focadas em situações práticas do dia a dia (saúde, trabalho, educação dos filhos)
→ Mais espaços de informações sobre direitos de imigrantes
→ Ampliar as oportunidades de emprego para quem quer trabalhar, mas ainda não domina o inglês, reconhecendo o conhecimento e experiências prévias no Brasil
→ Mais cursos de inglês gratuito

A reflexão de uma brasileira sintetiza com clareza o potencial transformador de políticas e ações mais assertivas:

“Se elas tiveram apoio para: falar a língua, se legalizar e suporte com as crianças (para quem tem), significa que elas estarão totalmente independentes para fazer o que é melhor para elas!”

6. EXPERIÊNCIA DE VIOLÊNCIA

Esta seção aborda as experiências de violência pelas brasileiras participantes da pesquisa no Reino Unido. Elas selecionaram, a partir de listas de múltipla escolha, os tipos de violência sofridos, os agressores envolvidos e os espaços da ocorrência da violência. Também são apresentadas as formas de busca e de acesso ao apoio, as estratégias utilizadas para lidar com as consequências da violência e a avaliação do apoio recebido, feita pelas próprias participantes. Além disso, analisam-se as percepções sobre a violência relacionada ao contexto migratório e à condição de imigrante, bem como as recomendações voltadas ao aprimoramento dos serviços de apoio e proteção.

6.1 EXPERIÊNCIA DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Cerca de três em cada dez brasileiras (29%) declararam ter sofrido algum tipo de violência no Reino Unido. As respostas indicam diferentes experiências de violência, evidenciando a relevância do tema na vida cotidiana e seus impactos sobre o bem-estar das mulheres. A violência contra mulheres envolve comportamentos que assustam, intimidam, aterrorizam, manipulam, machucam, humilham, culpam, ferem ou magoam a pessoa que se identifica como mulher. Pode ser física, sexual, emocional, psicológica, econômica ou moral, e pode afetar qualquer mulher, independentemente de raça, idade, orientação sexual, religião, condição socioeconômica ou nível educacional. Conforme ressaltou uma brasileira em relação à violência doméstica (que engloba vários tipos de violência):

“A violência doméstica não vê status social, cor, religião, escolaridade etc. É importantíssimo trazer cada vez mais a conscientização para as mulheres sobre isso, pois qualquer mulher pode se ver vítima em uma situação de violência doméstica emocional, patrimonial etc., sem compreender que não precisa ser sexual ou física.”

A Tabela 2 mostra os tipos de violência definidos na legislação brasileira que foram utilizados no questionário, para orientar as respondentes.

TABELA 2 TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTEMPLADOS NA LEI MARIA DA PENHA (Nº 11.340, 2006, BRASIL)

FÍSICA	ser alvo de tapas, empurrões, puxões de cabelo, socos, agressões com objetos cortantes e perfurantes, queimaduras etc
PSICOLÓGICA	sofrer ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição rotineira, insulto, chantagem, violação da intimidade, ridicularização, exploração, restrição de sua mobilidade
SEXUAL	assédio; ser intimidada, ameaçada, coagida ou forçada fisicamente a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada; ser impedida de usar métodos contraceptivos; ser forçada ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição
PATRIMONIAL	ter seus pertences, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos retidos ou destruídos
MORAL	ser alvo acusações falsas para prejudicar sua honra e reputação: calúnia, injúria, difamação etc
DIGITAL	ser observada, rastreada ou filmada sem o seu consentimento; ter sua imagem compartilhada sem seu consentimento; o/s dispositivo/s de seu/s filho/s usado/s como uma forma de monitorar ou rastrear você/sua família, ou para receber imagens indesejadas de conteúdo sexual ou íntimo, violento etc.

Fonte: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>

A análise estatística das respostas sobre experiências de violência indicou que não há relação significativa entre ter sofrido violência no Reino Unido e características como idade, identidade racial ou situação migratória atual. Embora as proporções variem ligeiramente entre os diferentes grupos, essas diferenças não foram estatisticamente relevantes. Ou seja, na amostra da pesquisa, os registros de violência aparecem de maneira semelhante entre mulheres de diferentes idades, raças e status imigratórios, sem que qualquer desses fatores se destaque como determinante.

6.2 TIPOS DE VIOLÊNCIA

O levantamento revela que as brasileiras sofreram no Reino Unido, no conjunto, todos os tipos de violência (Figura 8). O tipo mais recorrente é a violência psicológica, em que o abuso emocional e a manipulação podem ocorrer tanto em contextos íntimos quanto profissionais, afetando a autoestima e o bem-estar das mulheres, como se observa em suas falas: *“Sofri violência psicológica no trabalho, a gerência me isolou de atividades que antes eram minha responsabilidade”*; *“um ato de agressão psicológica no ambiente de trabalho”*; *“minha agressão foi mental”*; *“no trabalho sofri assédio psicológico”*.

O segundo tipo de violência mais recorrente foi a violência moral (*“no trabalho, fui alvo de injúrias”*), seguida da violência física (*“fui intimidada por dois adolescentes que jogaram pedras em minha direção”*; *“o meu parceiro ... me agrediu dentro de casa”*; *“por eu ser motogirl delivery, o senhor me encurralou e me deu dois tapas na cara”*; *“no meu caso, a agressão física foi por parte da minha filha”*; *“vizinhos ... ouviram os meus gritos quando fui atacada pelo meu namorado”*; *“meu flatmate me agrediu”*).

Uma em cada cinco mulheres também reportou ter sofrido violência sexual, e pouco mais de uma em cada dez reportou ter vivenciado violência patrimonial (“fui ameaçada com uma tesoura no pescoço e colocada na rua do quarto que eu alugava ... fui à polícia denunciar, mas não acreditaram em mim e nem quiseram me acompanhar para retirar meus pertences”). Quase uma em cada dez também reportou experiência de violência digital.

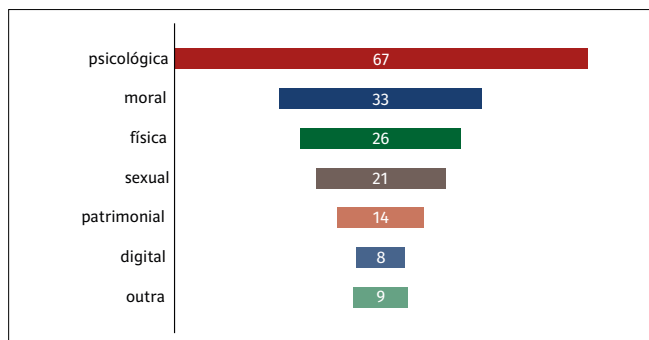


FIGURA 8 TIPOS DE VIOLÊNCIA (%)

6.3 AGRESSORES

As respostas sobre os agressores evidenciam que a violência sofrida por brasileiras no Reino Unido manifesta-se em múltiplos contextos e tem diversas origens (Figura 9). Na maioria dos casos, os episódios ocorrem em relações de proximidade, especialmente no âmbito familiar ou afetivo, mas também envolvem colegas de trabalho, conhecidos e também pessoas desconhecidas. Esta variedade de situações revela que a violência atravessa fronteiras domésticas e sociais, refletindo dinâmicas complexas de poder e vulnerabilidade.

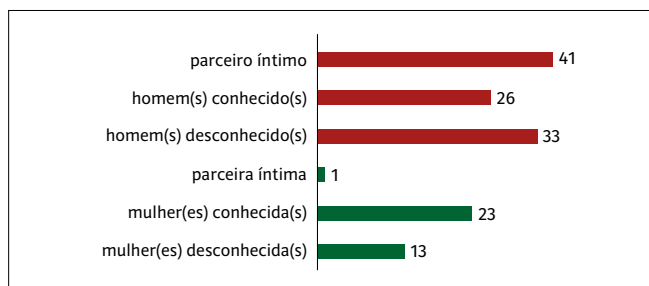


FIGURA 9 AGRESSORES (%)

Grande parte das mulheres que relataram experiências de violência apontou o parceiro íntimo como principal agressor, evidenciando a centralidade das relações afetivas nesses episódios. Também foram mencionadas situações de assédio envolvendo homens desconhecidos em espaços públicos, além de casos relacionados a homens conhecidos, como colegas de trabalho, vizinhos ou pessoas do convívio social. Embora menos recorrentes, houve ainda relatos envolvendo mulheres conhecidas ou desconhecidas, bem como parceiras íntimas do mesmo sexo, o que demonstra que a violência assume múltiplas formas e não se restringe a um único tipo de relação. Esse conjunto de respostas indica que, embora a maior parte das violências relatadas ocorra no âmbito das relações afetivas com parceiros homens, também se observam dinâmicas de abuso em interações com outras pessoas, conhecidas ou não, ampliando a compreensão sobre as vulnerabilidades vividas por essas mulheres no Reino Unido.

6.4 ESPAÇOS DA VIOLÊNCIA

As respostas sobre os locais de ocorrência da violência confirmam que esses episódios não se restringem ao espaço doméstico. As participantes relataram situações em ambientes privados, como a própria residência, e também em locais públicos, de trabalho e no meio digital (Figura 10). Esse panorama demonstra que a violência atravessa diferentes espaços da vida cotidiana e se manifesta em múltiplos contextos de convivência social.

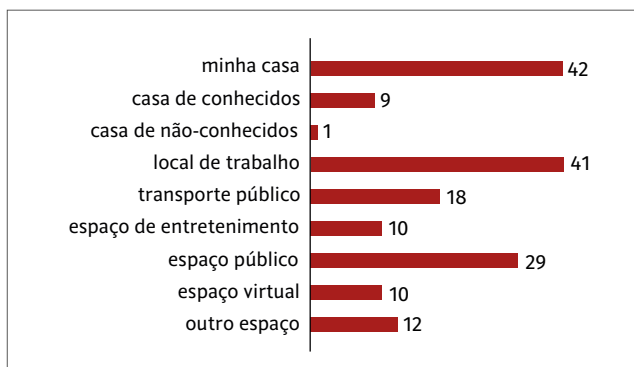


FIGURA 10 ESPAÇOS DA VIOLÊNCIA (%)

6.5 ÚLTIMO EPISÓDIO DE VIOLÊNCIA

As respostas sobre o último episódio de violência vivido pelas participantes oferecem uma perspectiva acerca da atualidade e da recorrência desse problema (Figura 11). Os dados apontam tanto situações recentes, ainda presentes na vida das mulheres, quanto episódios ocorridos em períodos anteriores da trajetória migratória. Esse recorte temporal demonstra que a violência atravessa diferentes fases da experiência de vida no Reino Unido.



FIGURA 11 ÚLTIMO EPISÓDIO DA VIOLÊNCIA (%)

A maioria das mulheres indicou ter vivenciado episódios de violência em períodos recentes, o que mostra que essas experiências ainda marcam o presente de muitas brasileiras no Reino Unido. Também foram mencionados casos ocorridos há mais tempo, em fases anteriores da trajetória migratória. Esse conjunto de respostas revela que a violência não constitui apenas uma lembrança do passado, mas uma realidade persistente que demanda atenção contínua e respostas institucionais eficazes.

6.6 AS CAUSAS DA VIOLÊNCIA SEGUNDO AS BRASILEIRAS

As respostas de várias participantes revelam como as próprias mulheres compreendem as causas da violência que enfrentam. Elas identificaram fatores estruturais e cotidianos que contribuem para essas experiências, associando-os à desigualdade de gênero, ao preconceito e à vulnerabilidade vivida por muitas como imigrantes. Seus depoimentos ajudam a compreender não apenas os contextos em que a violência ocorre, mas também os mecanismos sociais e institucionais que a tornam possível.

Os relatos apontam causas que se entrelaçam. Muitas associam a violência e o tratamento abusivo à discriminação e à xenofobia no cotidiano, inclusive em interações com desconhecidos e em serviços. Uma participante resumiu a dificuldade de denunciar: *“Muitas vezes os episódios de xenofobia e humilhação são sutis e, por isso, a denúncia fica difícil.”* Em outras situações, o preconceito aparece logo após a identificação como brasileira: *“Todas as vezes que sofri algo aqui em UK foi por britânico... 50% das vezes foi logo após eu falar que sou brasileira.”* Estereótipos sobre a mulher brasileira também surgem como estopim do assédio e desrespeito: *“A sexualização da mulher brasileira é algo que atrapalha o dia a dia da mulher ao se identificar como brasileira.”*

6.7 VIOLÊNCIA NÃO DENUNCIADA

Cerca de 62% das mulheres afirmaram nunca ter denunciado qualquer episódio de violência. As razões que levam muitas delas a não registrar a denúncia evidenciam barreiras de ordem emocional, social e prática que influenciam essa decisão (Figura 12). As respostas indicam que sentimentos de medo, vergonha e desconfiança nas instituições contribuem para o silêncio diante das agressões. Um grupo expressivo de mulheres que sofreram violência no Reino Unido optou por não denunciar os episódios, por diferentes razões, o que mostra como fatores pessoais e estruturais se entrelaçam nesse processo de silêncio.

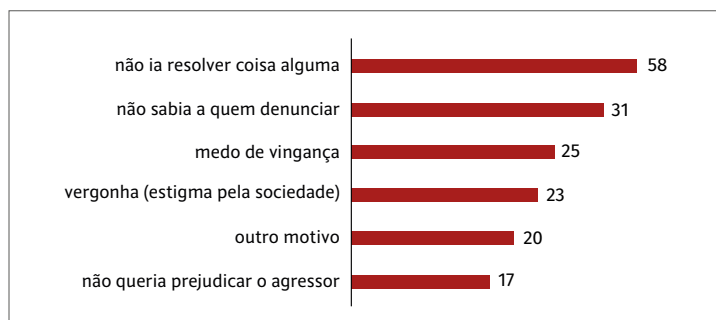


FIGURA 12 RAZÕES PARA NÃO DENUNCIAR A VIOLÊNCIA (%)

Entre as mulheres que não denunciaram episódios de violência, muitas acreditavam que não adiantaria procurar ajuda, como explica uma das brasileiras:

“Eu não denunciei meu marido porque o advogado falou que a violência psicológica é difícil provar e eu ia depender do entendimento do juiz do caso. Corria o risco de não dar em nada e só piorar a situação com meu marido, que sou dependente no visto. Se eu tivesse certeza que, se denunciasse, eu poderia manter meu visto, me separar e ter amparo do governo, eu teria feito.”

Em muitos casos, o medo de vingança por parte do agressor impediu a denúncia ou a busca de ajuda (*“já tinha saído do relacionamento, mas não denunciei enquanto estava junto por medo de retaliação por parte do meu namorado”*), assim como a falta de informação sobre onde procurar apoio (*“por medo e falta de conhecimento, não denunciei na época”; “no trabalho, fui alvo de injúrias e não soube a quem recorrer”; “venho sofrendo pressões no trabalho para pedir demissão ... não tenho a quem recorrer”*). Outras razões importantes apontadas pelas mulheres incluem o receio de prejudicar o agressor e a dependência econômica ou afetiva em relação a ele, situações que as impedem de romper o ciclo de violência. Soma-se a isso a vergonha diante do estigma social, o que ressalta o peso das barreiras emocionais e culturais. Os comentários de algumas brasileiras ilustram como esses diversos fatores frequentemente se entrelaçam, dificultando a busca por socorro ou a realização da denúncia:

“Acredito que o que limita as mulheres aqui em fazerem denúncias contra violência ou abuso, até dos patrões e parceiros, é o fato de ter medo das denúncias. Até medo de vir ao próprio consulado! Já tive situações de clientes que não quiseram ir ao consulado por conta disso.”

“Um agravante, que acontece com frequência, são os casos de mulheres ilegais que não sabem como recorrer e têm receio de serem deportadas, caso denunciem seus agressores, já que, muitas das vezes, esse caso de violência envolve filhos menores e dependentes.”

“Na maioria dos casos, a mulher não sente que tem apoio suficiente para denunciar o agressor, pois, na maioria dos casos, está em situação financeira vulnerável.”

Assim, em seu conjunto, os dados mostram que, para além das dificuldades institucionais, a decisão de não denunciar condiciona-se também por sentimentos de desamparo, insegurança e isolamento.

6.8 REVELAÇÃO, DENÚNCIA E APOIO

A maioria das brasileiras que sofreram violência afirmou ter compartilhado o episódio com alguém (86%), geralmente familiares, amigas ou pessoas próximas. Esse dado indica que, mesmo diante de situações difíceis, prevalece a busca por apoio interpessoal e comunitário. No entanto, essa forma de apoio nem sempre se mostra eficaz, como observa uma brasileira:

“A rede de apoio informal entre brasileiras pode ser tanto uma fonte de suporte quanto de silêncio, dependendo da cultura da comunidade. Muitas vezes, a cultura do ‘lava roupa suja em casa’ se perpetua mesmo no contexto migratório, dificultando as denúncias.”

Quando se trata de denúncia formal (Figura 13), os resultados indicam que a polícia britânica é o canal mais acionado, mencionada por mais de quatro quintos das participantes que reportaram episódios de violência. Em seguida, aparecem os serviços públicos locais, como saúde, educação, moradia e serviço social, e as entidades britânicas de apoio a mulheres (*Women’s Aid, Solace Women’s Aid, Women and Girls Network e Refuge*). Também foram citadas organizações brasileiras de apoio a mulheres, como *AMBE, LAWRS e LAWA*, ainda que em menor proporção. O consulado brasileiro, as igrejas e as entidades comunitárias brasileiras, como a *Casa do Brasil, ABRAS* e o *Grupo Mulheres do Brasil Londres*, também

foram mencionados, embora por um número mais reduzido de mulheres. Esse conjunto de respostas evidencia que, ao buscar proteção, as brasileiras recorrem tanto às instituições estatais britânicas quanto a organizações da sociedade civil, nacionais e comunitárias, revelando uma rede diversificada de caminhos percorridos em busca de apoio.



FIGURA 13 DENÚNCIA DA VIOLÊNCIA (%)

Várias brasileiras relataram suas experiências de atendimento e apoio junto a diferentes órgãos e entidades. Os relatos, em suas próprias palavras, permitiram identificar as diversas fontes de ajuda que procuraram. Os resultados indicam que a polícia foi a instituição mais mencionada (33%), confirmando o papel central das forças de segurança na resposta às situações de violência. Em seguida, aparecem os serviços sociais e de moradia (10%), o sistema judicial (8%), as organizações comunitárias e ONGs (6%) e o NHS/GP (5%), compondo um conjunto diversificado de instituições procuradas. Outras referências incluem o consulado brasileiro, as igrejas, a família e os amigos, o local de trabalho e até o transporte público, embora em proporções muito menores.

O enfrentamento da violência por mulheres revela, com frequência, um percurso de busca por ajuda marcado pela lentidão e pela fragmentação institucional. Esse processo, muitas vezes difícil e prolongado, evidencia as barreiras de acesso a uma rede de proteção que funcione de modo coordenado, eficaz e acolhedor, como ilustra a experiência de uma das brasileiras:

“Quando tive coragem de pedir ajuda, primeiramente foi em uma igreja. Depois, foi em uma instituição de voluntários que ajudam imigrantes, e, finalmente, a polícia foi envolvida, e tudo se resolveu rápido e com resultados surpreendentes e muito positivos para mim e minhas filhas, que, na época, estávamos vivendo um inferno desconhecido e jamais desejado. O que deu resultado foi eles virem me visitar, trazendo uma intérprete, porque eu só estava aqui há um ano e não conseguia me comunicar. Eu tive uma assistente social e uma advogada que me deram um ótimo suporte; porém, o que ficou faltando para mim foi um acompanhamento psicológico, que comecei a fazer agora, cinco anos depois.”

6.9 AVALIAÇÃO DAS FONTES DE APOIO

Conforme observado anteriormente, várias brasileiras relataram suas experiências de atendimento e apoio por diferentes órgãos e entidades. Esse panorama evidencia tanto a diversidade de caminhos percorridos pelas mulheres no Reino Unido quanto a centralidade da polícia e dos serviços públicos, formais e comunitários, na rede de enfrentamento à violência. As participantes também fizeram, em suas próprias palavras, uma avaliação do atendimento recebido, posteriormente sintetizada em uma escala de satisfação (Figura 14).

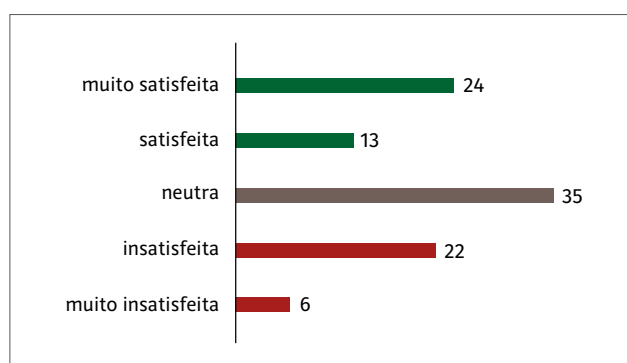


FIGURA 14 AVALIAÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO RECEBIDO (%)

As avaliações positivas do apoio recebido, tanto de mulheres muito satisfeitas quanto satisfeitas, destacam sobretudo a rapidez e a eficiência no atendimento. Muitas relataram experiências de acolhimento e cuidado por parte da polícia, expressas em suas próprias palavras:

“A polícia chegou bem rápido e rodou comigo para tentar achar o jovem que me assediou... Me deram dicas sobre o que observar quando estivesse andando pelas ruas.”

“Foram muito solícitos e rápidos. Vieram até minha casa, me acompanharam por 15 dias entre ligações, emissão de números de registro e oferta de suporte. Fiquei encantada e muito grata!”

“Foram muito cuidadosos, inclusive perguntando se eu precisava de abrigo durante a noite.”

“A polícia me deu o apoio necessário dentro de suas responsabilidades.”

“Consegui encontrar apoio efetivo por meio da polícia britânica, que agiu com seriedade e responsabilidade diante do meu caso, garantindo minha proteção e a das minhas crianças, e ajudando na reconstrução da minha segurança.”

“O serviço prestado pela Metropolitan Police foi excelente.”

Houve também referências diretas às organizações especializadas e às comunitárias, mostrando que, para parte das mulheres, o contato com serviços públicos e comunitários foi marcado por acolhimento, agilidade e suporte efetivo.

“As organizações de violência contra a mulher me ajudaram bastante e até me ofereceram abrigo.”

“O melhor serviço que recebi foi da LAWRS. Elas viram que eu era inteligente e estava usando os meios legais ... Me colocaram em um programa com duas psicólogas ... Foi a força que eu precisava naquele momento.”

“O Refúgio de Mulheres me recebeu de forma sensacional.”

“Por parte do serviço de apoio às mulheres brasileiras, fui muito bem instruída sobre o que fazer e me senti ouvida.”

“O suporte oferecido pela polícia britânica e pela organização Women’s Aid foi extremamente válido e eficaz, proporcionando orientação clara e acolhimento em um momento de grande vulnerabilidade.”

As avaliações neutras revelam experiências ambivalentes ou parciais. Várias mulheres relataram que receberam algum tipo de apoio, mas que o consideraram insuficiente, moroso ou abaixo das expectativas:

“Serviço lento e de pouca eficácia.”

“O atendimento foi até razoável, mas não teve nenhum efeito.”

“A polícia não me ajudou muito, só ficou ligando e monitorando, mas não veio até a minha casa.”

“Fui bem atendida, mas não continuaram com o processo.”

“Recebi socorro, mas não resultou em nada porque ele não me agrediu fisicamente.”

“Ficou faltando apoio e entendimento/empatia do abuso que eu sofria.”

“O processo [de acesso ao apoio] é demorado e humilhante.”

“O suporte que tive dos serviços social e médico deixou a desejar, até hoje tenho problemas de saúde e mentais.”

As avaliações negativas (insatisfeitas e muito insatisfeitas) envolvem críticas contundentes quanto ao serviço proporcionado (“faltou tudo”; “ineficaz e insuficiente”; “horrrível”; “péssimo por todas as partes”; “terrível”), que expõem falhas sérias, com relatos de descaso, negligência e discriminação:

“Sofri preconceito por ser imigrante e não falar a língua, as autoridades foram e estão sendo negligentes, não fizeram os exames necessários... Não tenho nenhum atendimento à vítima, nenhum auxílio com psicólogo, terapia, nada!”

“A polícia teve empatia zero!”

“Ajuda legal... inexistente pra quem não tem rios de dinheiro, o que é o meu caso e, obviamente, da maioria das pessoas.”

“Eles não investigaram, não deram nenhuma satisfação.”

“A dificuldade na língua me prejudicou, do meu ponto de vista... não tenho certeza que o intérprete falou tudo que eu disse.”

“O serviço à violência doméstica é péssimo no UK, assim como em muitos países, e piora quando se é estrangeira.”

“Não deram a mínima assistência! Polícia britânica não existe, somente fachada! Ficou faltando tudo.”

“Não recebi auxílio algum. Nem mesmo uma resposta!”

“Por parte da polícia, achei eles muito desqualificados e perdidos sobre o que fazer (sem profissionalismo).”

“Fui negligenciada.”

“Péssimo! Deixou a desejar, não investigaram.”

“Quando meu flatmate me agrediu durante um episódio de violência por conta da sua saúde mental, a polícia disse que não tinha o que fazer... No final, eu tive que sair do meu apartamento... perdi muito dinheiro e saúde mental com isso.”

Essas experiências reforçam a percepção de ineficácia e, em alguns casos, de revitimização, intensificando o sofrimento das mulheres em um momento já marcado por vulnerabilidade. Também revelam contradições nos serviços de apoio e proteção. Há situações em que as instituições cumprem de forma exemplar seu papel, como quando a polícia realiza investigações, efetua prisões ou oferece acolhimento inicial atento e cuidadoso. No entanto, essas experiências positivas contrastam com frustrações profundas diante de respostas que as mulheres percebem como insuficientes. Muitas relatam que o incentivo inicial para denunciar é, por vezes, seguido por uma sensação de abandono, especialmente quando saem de casa com filhos e não encontram abrigo seguro, apoio psicológico ou condições concretas para reconstruir a vida. Essa alternância entre eficiência e desamparo gera insegurança e desconfiança nos serviços, reforçando a percepção de que a proteção depende do acaso e não de um sistema estável e previsível.

Essas contradições evidenciam falhas de continuidade no atendimento e demonstram que o sistema, embora estruturado, nem sempre responde à complexidade das experiências vividas pelas mulheres migrantes. A atuação inicial, que envolve investigação, registro do crime e emissão de número de referência, nem sempre se converte em acompanhamento efetivo ou em medidas de proteção consistentes. O resultado é um ciclo de confiança e frustração, no qual o apoio existe, mas é percebido como fragmentado e condicionado por critérios formais que, muitas vezes, ignoram o medo, a vulnerabilidade emocional e as barreiras culturais. O depoimento de uma das brasileiras ilustra a frustração gerada pelos impasses do sistema de apoio às mulheres em situação de violência:

“Se, por um lado, a polícia e o serviço social me incentivou a denunciar, por outro, as leis são muito antigas e extremas: ou se denuncia o parceiro e sai de casa sem ter um local seguro, com uma ou mais crianças, ou tenta resolver sozinha, porque homem nenhum vai ser tirado de casa no UK, mesmo provando tantos problemas contra ele. A mulher acaba vulnerável, sozinha, e sente a dor da ameaça de ter seus filhos tirados dela, mesmo ela fazendo o melhor pelas crianças. Mas o fato de estar isolada não a torna capaz de sair de casa e mudar de vida de maneira saudável. Acaba sendo 8 ou 80: ou se vira sozinha no UK, ou aceita a violência doméstica, ou volta para o Brasil.”

O comentário de outra brasileira enfatiza um principal obstáculo ao acesso ao apoio. Ela explica:

“Eu atendo muitas mulheres vítimas de abuso, e 70% não obtêm o socorro necessário. Por falta de informação, por falta de clareza e, principalmente, pelo excesso nos custos que as mesmas enfrentam para conseguir uma informação acessível.”

A ponderação de outra brasileira sobre sua própria experiência ilustra os entraves ao apoio eficaz:

“Acredito que, se eu tivesse recebido a instrução adequada na época, talvez não tivesse retornado ao ciclo de violência doméstica. A falta de encaminhamento e de informações claras contribuiu para que eu permanecesse em uma situação de risco por mais tempo.”

Mais do que ações pontuais, esses depoimentos apontam para a necessidade de serviços mais integrados, com acompanhamento contínuo e sensibilidade às condições de vida das mulheres brasileiras, de modo a assegurar que o acolhimento inicial se transforme em uma proteção efetiva e duradoura.

6.10 VIOLÊNCIA NO PROCESSO DE IMIGRAÇÃO OU PELA CONDIÇÃO DE IMIGRANTE

Mulheres imigrantes também podem estar expostas a formas mais amplas de violência, tipificadas como crimes pelas legislações nacionais e internacionais, como racismo, sexismo, tráfico de pessoas, cárcere privado, trabalho escravo e exploração sexual, entre outras. A vulnerabilidade a esses tipos de violência pode decorrer tanto do próprio processo migratório quanto da condição de ser imigrante. A Tabela 3 apresenta os tipos de violência definidos nesse âmbito, que foram utilizados no questionário para orientar as respondentes.

TABELA 3 TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTEMPLADOS COMO CRIMES EM LEGISLAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL

RACISMO	discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional
XENOFOBIA	expressão de ódio e discriminação com base na origem, cultura ou nacionalidade de uma pessoa, como comentários depreciativos sobre a nacionalidade, o sotaque, ou aparência de uma pessoa
DISCRIMINAÇÃO POR GÊNERO	a crença de que um gênero é superior ao outro; machismo: crença de as mulheres são inferiores aos homens em aspectos físicos, intelectuais e sociais
CÁRCERE PRIVADO	confinamento de uma pessoa em um local contra a sua vontade
ESCRavidÃO SEXUAL	forçar uma pessoa a ter relações sexuais
TRÁFICO HUMANO	comércio de seres humanos para fins de escravidão sexual, trabalho forçado ou exploração sexual comercial, tráfico de drogas ou outros produtos
TRABALHO ESCRAVO	trabalho forçado, jornada exaustiva, condições degradantes de trabalho e restrição de movimentação

Fonte: <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

Pouco mais de uma em cada dez brasileiras (14%) sofreu violência no contexto migratório. A análise estatística indicou que os relatos de violência associados à condição de imigração não variam de forma significativa segundo idade, raça ou status migratório atual. Assim, nesse estudo, as experiências de violência relacionadas ao processo migratório foram relatadas de maneira semelhante entre diferentes grupos de brasileiras no Reino Unido, sem que nenhuma característica específica se destaque como fator determinante.

6.11 TIPOS DE VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO

Os relatos sobre violência relacionada à condição migratória revelam dimensões específicas da vulnerabilidade a que são suscetíveis algumas brasileiras no Reino Unido (Figura 15). Nessa esfera, a violência assume formas que vão além das agressões diretas, envolvendo discriminação, exclusão e desigualdades estruturais ligadas à origem e ao gênero.

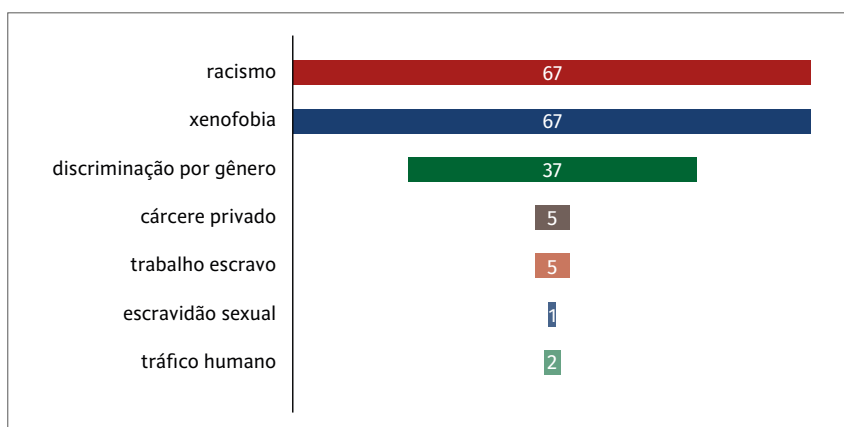


FIGURA 15 VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DE IMIGRAÇÃO (%)

As respostas indicam que a experiência de violência associada ao status migratório manifesta-se principalmente em práticas de discriminação e exclusão social, que incluem episódios de racismo, xenofobia e preconceito relacionados ao sotaque ou à aparência. Os depoimentos de algumas brasileiras ilustram essas formas de discriminação e exclusão:

“Eu não denunciei porque não poderiam fazer nada... foi humilhação... Entrei numa agência imobiliária para tentar alugar uma casa e, quando me viram com as três crianças, me falaram: ‘Turn around and leave... there’s nothing here for you and your family... Go!’ (tradução: ‘Dê a volta, vá embora... não há coisa alguma aqui para você e sua família. Saia!’). Eu me senti humilhada porque eu não estava aí pedindo benefícios nem esmola... eu tinha dinheiro no banco para alugar uma casa... mas não deixaram nem eu falar.”

“Sofri muita xenofobia e discriminação por meu marido ser inglês, britânico e branco.”

“Moro aqui há mais de 20 anos e já sofri preconceito vindo do próprio oficial de imigração, ou seja, a pessoa sabe o poder que tem e que não existe um poder maior para puni-los.”

“Não só sofri, como meu filho também sofreu muito. Passou por muitos constrangimentos, xenofobia e abusos por ser estrangeiro! Várias situações em que as pessoas torcem o nariz porque somos imigrantes, e as mulheres sofrem ainda mais, porque sempre acham que todas as brasileiras são profissionais do sexo e que não temos capacidade para outra função.”

“Eu sofri xenofobia de uma médica negra (o sotaque parecia de francesa) durante o pré-natal, quando ela, ao fazer o exame de toque, fez uma piada sobre latinas.”

Cerca de uma em cada três mulheres mencionou situações de machismo e sexismo, evidenciando que a desigualdade de gênero se soma às barreiras enfrentadas no contexto migratório. Em menor proporção, foram relatados casos de trabalho forçado, cárcere privado, tráfico de pessoas e exploração sexual, indicando que, embora menos frequentes, formas extremas de violência também atingiram algumas brasileiras. Esse panorama demonstra que a violência migratória não se restringe a agressões pontuais, mas abrange um espectro que vai da discriminação cotidiana a graves violações de direitos humanos.

Entre as mulheres que relataram ter sofrido algum tipo de violência no Reino Unido, aproximadamente um terço também afirmou ter vivenciado situações associadas ao processo migratório ou à condição de imigrante. Isso revela uma sobreposição parcial entre os dois grupos: a maioria das que sofreram violência no Reino Unido não relatou experiências especificamente ligadas à migração. Em outras palavras, trata-se de fenômenos inter-relacionados, pois parte das mulheres se insere em ambas as situações, mas ainda distintos, já que muitas enfrentaram a violência apenas no contexto da vida cotidiana no país.

6.12 APRIMORANDO OS SERVIÇOS DE APOIO

Os resultados também indicam caminhos para o aprimoramento dos serviços de apoio às brasileiras no Reino Unido (Figura 16). Entre as propostas, destacam-se o fortalecimento das medidas de proteção, o maior investimento em recursos comunitários e o desenvolvimento de iniciativas de conscientização voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência.

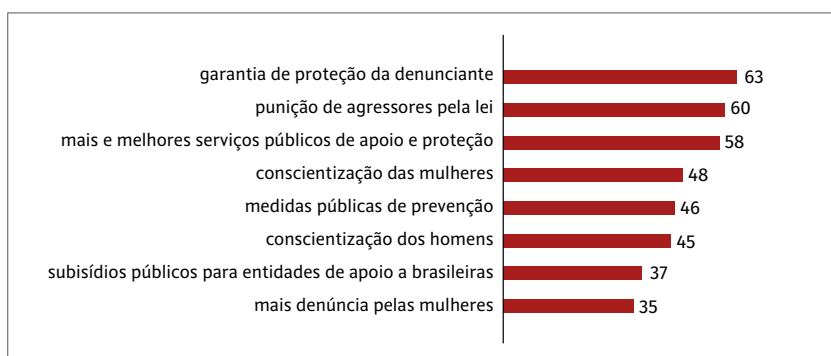


FIGURA 16 AÇÕES PARA CONFRONTAR A VIOLÊNCIA (%)

Os resultados da pesquisa evidenciam de forma clara que a principal preocupação das brasileiras no Reino Unido está na proteção das mulheres denunciante em situação migratória irregular. Essa condição aprofunda sua vulnerabilidade, gerando medo constante de deportação e revelando uma profunda discrepância entre o direito formal à proteção e a realidade vivida por essas migrantes. Em muitos casos, a insegurança migratória se sobrepõe ao direito fundamental à segurança, tornando o acesso à proteção um desafio complexo e urgente.

O segundo eixo central refere-se à punição efetiva dos agressores e ao aprimoramento dos serviços públicos de apoio e proteção. Conforme discutido anteriormente (seção 6.9), muitas mulheres percebem as estruturas de atendimento como inadequadas e ineficazes. A ausência de políticas públicas acessíveis e de serviços culturalmente sensíveis aprofunda a sensação de abandono. Esses resultados indicam que as medidas prioritárias devem articular segurança migratória, aplicação rigorosa da lei e fortalecimento da capacidade institucional de acolhimento.

Além da dimensão institucional, o levantamento destaca a importância da conscientização de mulheres e homens, bem como de políticas públicas voltadas à prevenção. Os dados revelam que, para além da resposta imediata à violência, há um desejo coletivo de promover transformações culturais e sociais. Os depoimentos sugerem que campanhas educativas e comunitárias são vistas como essenciais para romper ciclos de silêncio e de normalização da violência.

Também se evidencia a necessidade de espaços públicos de visibilidade e diálogo, nos quais as brasileiras possam se reconhecer, compartilhar experiências e fortalecer-se mutuamente. É recorrente a recomendação de ampliar o apoio financeiro a organizações comunitárias que já atuam com informação, assistência jurídica e suporte emocional, reconhecidas como linhas de frente mais próximas da realidade migrante. Assim, a construção de respostas eficazes deve envolver tanto instituições formais, como governos e consulados, quanto iniciativas de base comunitária, que dialoguem diretamente com as mulheres em sua língua e em seu cotidiano.

Algumas mulheres destacaram também a relevância da *Cartilha da Mulher Brasileira no Reino Unido* (GMB/Núcleo Londres, 2020), lançada pelo *Grupo Mulheres do Brasil – Núcleo Londres*, em parceria com organizações de apoio. O documento reúne informações práticas sobre violência de gênero, direitos das mulheres e serviços de proteção disponíveis. Seu objetivo é orientar brasileiras em situação de vulnerabilidade, oferecendo clareza sobre como reconhecer diferentes formas de violência e onde buscar ajuda. Segundo uma participante, *“A Cartilha da Mulher foi um marco e tem sido de grande ajuda.”* No entanto, apenas cerca de uma em cada dez (13%) das brasileiras conheciam esse documento, o que evidencia a importância de ampliar sua divulgação em consulados, redes comunitárias e outros espaços acessíveis às brasileiras no Reino Unido, fortalecendo seu papel como instrumento de informação e empoderamento. Como observou outra brasileira, *“precisa ter mais divulgação.”*

Em relação às políticas públicas de prevenção, uma brasileira lembrou que *“políticas de combate ao tráfico sexual continuam sendo primordiais e esse trabalho começa no Brasil.”* Também foi destacada a necessidade de conscientização dos homens, como reforçou uma mulher: *“Um departamento de apoio às mulheres vítimas de violência e programas de conscientização para homens.”* No campo dos subsídios às entidades de apoio, os comentários reforçam a importância de redes acessíveis e confiáveis: *“A mulher brasileira precisa ter certeza que existe uma organização à qual pode recorrer em caso de necessidade.”* Por fim, sobre a importância das denúncias, o medo permanece um obstáculo recorrente: *“Na maioria das vezes, temos medo ou até vergonha de denunciar porque não falamos corretamente a língua ou não sabemos a lei que nos protege.”*

Esses testemunhos complementam os resultados quantitativos, dando vida às estatísticas e revelando os desafios cotidianos enfrentados pelas brasileiras no Reino Unido. Para serviços e autoridades, compreender como as próprias mulheres explicam as causas da violência aponta caminhos concretos: atendimento linguístico e culturalmente competente, protocolos claros contra discriminação e assédio em ambientes de trabalho, suporte jurídico e psicossocial acessível e ampla disseminação de informações sobre direitos e canais de denúncia nos espaços frequentados por brasileiras. As medidas propostas pelas próprias participantes (Tabela 4) respondem diretamente às experiências relatadas, podendo tornar o apoio mais direcionado, efetivo e confiável.

TABELA 4 AÇÕES PARA COMBATER E PREVENIR A VIOLÊNCIA E SEUS DESDOBRAMENTOS

→ Criação de um grupo de apoio, uma comunidade
→ Mais reuniões de conscientização entre as mulheres
→ Um lugar no consulado para apoio psicológico e atenção
→ Mais espaços só para mulheres
→ Serviços de proteção e de denúncia específicos
→ Mais espaços de informações sobre direitos relativos à saúde da mulher e combate a crimes que majoritariamente sejam cometidos contra mulheres
→ Mais informações sobre a violência cometida no âmbito da internet e mais formas de como as mulheres podem se proteger de eventuais ataques
→ Observatório da família para analisar em tempo real as ações e do agressor
→ Política pública que ajude nos casos de violência sexual infantil
→ Um lugar seguro para conversar com segurança, dividir experiências e aprender com as histórias umas das outras
→ Atualizar os serviços de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica para punir de forma rigorosa os agressores e garantir o bem-estar da mulher e das crianças envolvidas
→ Advogados disponibilizados para casos com urgência
→ Respeitar a privacidade da mulher e a delicada decisão de sair de casa e de ser ouvida e apoiada, orientada, já que a mulher nem sempre está pronta para tomar a decisão
→ Terapia em português (online e presencial) com foco em imigração, adaptação cultural e saúde mental da mulher
→ Centros de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica, com atendimento em português
→ Grupos de apoio emocional para brasileiras, gratuitos ou a preços acessíveis
→ Campanhas de informação sobre direitos legais e canais de denúncia no Reino Unido
→ Criação de programa de apoio psicológico, com a indicação de terapeutas brasileiras qualificadas, capazes de oferecer acolhimento, escuta ativa e suporte terapêutico
→ Psicólogas em nossa língua
→ Grupo de apoio para mulheres que sofrem violência para serem inseridas no mercado de trabalho
→ Mais psicólogas a preços acessíveis ou mesmo gratuitas
→ Mais redes de apoio imediato, principalmente apoio psicológico e emocional
→ Maior divulgação e abrangência dos serviços que oferecem auxílio aos grupos vulneráveis

7. ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA CONTRA BRASILEIRAS NO REINO UNIDO

Este estudo teve como objetivo compreender as experiências de mulheres brasileiras no Reino Unido, com foco nas situações de violência de gênero e em seus impactos sobre o bem-estar. A pesquisa reuniu 735 respostas válidas, delineando um retrato abrangente da vida dessas mulheres, seus percursos migratórios, inserção laboral, desafios cotidianos e estratégias de enfrentamento da violência.

Os resultados revelam que, embora muitas tenham alcançado certa estabilidade por meio do trabalho e da regularização migratória, um número expressivo ainda enfrenta dificuldades relacionadas ao alto custo de vida, à barreira linguística, ao não reconhecimento de diplomas e à precariedade no emprego. Tais obstáculos somam-se às experiências de violência: cerca de três em cada dez participantes relataram ter sofrido algum tipo de violência no Reino Unido, sendo a violência psicológica e moral as mais frequentes, seguidas pela física, patrimonial e digital.

Essas experiências não se limitam a um grupo específico. Mulheres de diferentes idades, raças e status migratórios relataram episódios de violência, tendo os parceiros íntimos como principais agressores, mas também mencionando ocorrências em espaços públicos, locais de trabalho e ambientes virtuais. Para muitas, os episódios foram recentes, ocorrendo nos últimos anos ou mesmo nos últimos meses.

A busca por apoio revelou fortes contrastes. A maioria compartilhou os episódios de violência com familiares ou amigas, mas pouco mais de um terço recorreu às autoridades ou instituições de apoio. A polícia foi o canal mais acionado, embora organizações comunitárias, serviços públicos e igrejas também tenham sido procurados. As avaliações sobre o atendimento variaram entre relatos de acolhimento e agilidade e experiências de descaso e negligência.

Um grupo menor de mulheres relatou ter sofrido violência associada ao processo migratório ou à condição de imigrante, principalmente sob a forma de discriminação, xenofobia e racismo. Em casos mais graves, surgiram relatos de exploração laboral e restrição de liberdade, evidenciando como a condição migratória pode acentuar situações de vulnerabilidade.

As recomendações apresentadas pelas próprias participantes apontam prioridades claras: garantir proteção às mulheres em situação migratória irregular, assegurar a punição efetiva de agressores, aprimorar a resposta dos serviços públicos e fortalecer o papel das organizações comunitárias. Também enfatizam a importância de investir em ações de prevenção e conscientização, envolvendo tanto mulheres quanto homens.

O estudo demonstra que, apesar dos desafios, há uma disposição coletiva para resistir e promover mudanças. Compartilhar essas experiências representa, para muitas, uma forma de enfrentamento e um gesto de solidariedade. Que essas vozes contribuam para impulsionar políticas mais eficazes e reafirmar que o apoio mútuo e ações articuladas são essenciais ao combate à violência contra mulheres brasileiras no Reino Unido.

BIBLIOGRAFIA

- Evans, Y, Tonhati, T, Tentoni-Dias, G, Brightwell, M, Sheringham, O, Souza, A and Souza, C (2011) *Por uma vida melhor: Brasileiros em Londres*. Londres: GEB/Goldsmiths/ Queen Mary/Royal Holloway, University of London; disponível em: https://geb2008.files.wordpress.com/2015/07/por_uma_vida_melhor.pdf.
- Evans, Y, Dias, G, Martins Jr, A, Souza, A, and Tonhati, T (2015) *Diversidade de Oportunidade: Brasileiros em Londres*, Londres: GEB/Goldsmiths/Queen Mary/Oxford Brookes, disponível em: <https://geb2008.files.wordpress.com/2015/07/evans-et-al-2015-diversidade-de-oportunidades.pdf>.
- Evans (2020) *Brasileiros no Reino Unido, 2020*. Consulado Geral do Brasil em Londres, disponível em: <https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/CgLondres/pt-br/file/Relat%C3%B3rio%20final.pdf>.
- GMB/Londres (2020) *Cartilha da Mulher*. Grupo Mulheres do Brasil-núcleo Londres, disponível em: <https://www.grupomulheresdobrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/06/cartilha-da-mulher.pdf>.
- McIlwaine, C, Cock, JC and Linneker, B (2011) *No Longer Invisible: the Latin American community in London*. London: Queen Mary; disponível em: https://kclpure.kcl.ac.uk/portal/files/107149433/No_Longer_Invisible_full_report.pdf.
- McIlwaine, C and Bunge, D (2016) *Towards Visibility: the Latin American Community in London*, London: Trust for London; disponível em https://kclpure.kcl.ac.uk/portal/files/107149344/Towards_Visibility_full_report.pdf.
- McIlwaine and Evans (2018) *Não se pode lutar no escuro*. King's College, University of London, disponível em: <https://www.kcl.ac.uk/geography/assets/mcilwaine-and-evans-2018-'n%C3%A3o-se-pode-lutar-no-escuro'-viol%C3%A2ncia-contra-mulheres-e-meninas-brasileiras-em-londres-portuguese-short-version.pdf>
- MRE (2015) *Brasileiros no Mundo: Estimativas Populacionais das Comunidades Brasileiras no Mundo*, Subsecretaria Geral da comunidades brasileiras no exterior; disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-dascomunidades/Estimativas%20RCN%202015%20-%20Atualizado.pdf>.
- NISRA (2023) *Census 2021 main statistics: country of birth, full detail MS-A18*, Northern Ireland Statistics and Research Agency, disponível em: <https://www.nisra.gov.uk/system/files/statistics/census-2021-ms-a18.xlsx> (Acesso em: 12 setembro 2025).
- NRS (2024) *Scotland's Census 2022: country of birth (UV204)* National Records of Scotland, disponível em: <https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.scotlandscensus.gov.uk%2Fmedia%2Fmcoactm%2Fcensus-2022-detailed-ethnic-group-country-of-birth-national-identity-main-language-and-religion-data-for-scotland-1.xlsx&wdOrigin=BROWSELINK> (Acesso em: 12 setembro 2025).

ONS (2013) 2011 Census: QS213EW Country of Birth (expanded), regions in England, Wales, Office for National Statistics, England: disponível aqui: <http://www.ons.gov.uk/ons/publications/referencetables.html?edition=tcn%3A77-301985>; dados para a Escócia, disponíveis aqui: http://www.scotlandscensus.gov.uk/documents/censusresults/release2a/rel2a_COB_detailed_Scotland.pdf; dados para a Irlanda do Norte disponíveis aqui: <http://www.nisra.gov.uk/Census/2011CensusProposedOutputs.html>.

ONS (2023) *Census 2021, country of birth (detailed)*, Office for National Statistics, disponível em: <https://www.ons.gov.uk/datasets/create/filter-outputs/40b12a67-50d5-4a3a-921d-4a6d34516dfo#get-data> (Acesso em: 12 setembro 2025).

